

NOTA EDITORIAL

Em março de 1992 saiu do prelo o primeiro número da **Revista Filosófica de Coimbra**. Em março de 2022 assinalamos essa data voltados para um largo horizonte de futuro. Nascida do empenhamento científico dos docentes do então denominado Instituto de Estudos Filosóficos, a **Revista Filosófica de Coimbra** rapidamente se implementou no panorama filosófico nacional e internacional como publicação de referência. De órgão científico inicialmente ligado a um grupo disciplinar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a nossa Revista cedo se transformou num lugar de publicação procurado por especialistas de todo o mundo. Em tal demanda, que se mantém, atesta-se que a **Revista Filosófica de Coimbra** é, inequivocamente, um espaço de publicação orientado por critérios e padrões editoriais de qualidade e relevância filosófica, mais se caracterizando pela abertura a todas as correntes, temas e disciplinas filosóficas. Esta abertura e aquela exigência de cientificidade sempre foram atentamente preservadas e reforçadas. No momento em que termina a comemoração dos seus trinta anos de publicação ininterrupta, é um tal perfil de exigência, rigor e diversidade que a **Revista Filosófica de Coimbra** celebra. Se o faz, é, certamente, porque se orgulha de cumprir as normas mais rigorosas, os padrões mais elevados e as políticas internacionais mais atuais atinentes à edição científica especializada; mas é também, e fundamentalmente, porque desse modo presta o melhor tributo de reconhecimento e memória a todos os seus colaboradores, a todos os seus autores, a todos os seus leitores e também ao seu patrono de sempre, a Fundação Eng.º António de Almeida.

Este momento de comemoração seria de alegria completa, não fora o facto de o nosso número de março de 2022 se publicar em momento histórico abalado pelo espectro da guerra que, de novo, ameaça o *velho continente*. Nestas circunstâncias sombrias, convencemo-nos de que a tarefa do filosofar autêntico, do pensar generoso e profundo, paciente e livre, complexo e fidedigno – que sempre encontrará *casa e porto seguro* na nossa Revista – permanece uma reserva de esperança a defender sem descanso. É com esta convicção, fortalecida pelo desassossego que nunca abandona o filosofar empenhado, que apresentamos seguidamente aos nossos leitores fiéis o novo número da **Revista Filosófica de Coimbra**.

Como sempre, abrimos cada novo número com a secção de *Artigos*. O primeiro trabalho que aqui se encontrará é da autoria de Henrique Jales Ribeiro, colaborador regular da nossa Revista e reputado investigador das temáticas que cruzam a argumentação, a lógica e a retórica. Desta volta, oferece-nos o conhecido autor um texto intitulado “A Retórica como Paradigma Filosófico”. Trata-se de um trabalho de fôlego (que ilustra bem o percurso intelectual do autor), cujo escopo central é o de investigar “como e porque é que a retórica, em vez da filosofia propriamente dita, pode e deve constituir, sobre as matérias de que se ocupa, um paradigma interdisciplinar das investigações a desenvolver pela filosofia e pelas ciências de maneira geral”. Seguindo esta via, Henrique Jales Ribeiro elabora um aturado e preciso “estado da arte” e encaminha a sua reflexão para um conjunto de conclusões contundentes e estimulantes. Podemos ilustrá-las referindo que, segundo o autor, “a questão do destino da retórica pressupõe uma discussão prévia sobre o estatuto do ensino universitário de maneira geral; muito em especial, pressupõe uma discussão sobre aquilo de que estamos a falar quando falamos da Universidade do século XXI”.

Segue-se um trabalho de grande interesse e originalidade da autoria de Maria Luísa Portocarrero, intitulado “Itinerários Filosóficos da Escuta: do caminho do progresso à longa marcha da Hermenêutica”. A autora, nome cimeiro dos estudos hermenêuticos, dispensa apresentações e, nesta ocasião, publica na **Revista Filosófica de Coimbra** um trabalho que pretende mostrar como, esgotado o caminho filosófico e histórico da noção moderna de progresso, a crise que acompanha tal esgotamento “exige que se retome o caminho da escuta, esquecido desde a modernidade científica”. Trata-se de uma proposta que oferece aos leitores interessados uma inovadora abordagem hermenêutica. Argumenta a autora que a escuta se encontra “na raiz da racionalidade ética e hermenêutica” e que permanece um símbolo fundamental da passividade do homem capaz e da interdependência do humano”. A condição humana, justamente, sendo questão de capacidade e de fragilidade, furta-se, no seu fundo mais autêntico, ao primado do imediato e da visão, próprias do projeto de inspeção planificada do real; como contraponto necessário, a escuta “segue os itinerários da receção que exige resposta hermenêutica e singularização dialógica pessoal”.

O terceiro texto da secção de *Artigos* é da autoria de Mariana A. Pereira e tem por título “Instrução e corrupção moral pela literatura: engajamento emocional e o valor epistémico da arte narrativa”. O título é esclarecedor do escopo da investigação: ponderar o valor epistémico da arte narrativa, nomeadamente no sentido em que permite, por um lado, considerar o “conhecimento do tipo não-proposicional” (sem ignorar as respetivas possibilidades éticas) e, por outro, inventariar a capacidade educativa ou de instrução da literatura, que a autora considera ser “potenciada” pelo comprometimento emocional e pela “prática das capacidades morais”.

A secção de *Artigos* do presente número encerra-se com um texto da autoria de Tárik de Athayde Prata, da Universidade Federal de Pernambuco. O título do aludido trabalho é o seguinte: “A Teoria Disposicional de Searle e o Problema da Causação Mental Inconsciente”. Estamos convencidos de que os estudiosos de

Searle encontrarão nesta investigação amplos motivos de interesse. Nas últimas páginas do artigo, o autor resume bem o “fio condutor” da análise ao argumentar que Searle – “mesmo sendo (pretensamente) um crítico de Descartes” – não deixa de “defender a visão cartesiana da consciência como a essência da mente”, o que não o impede de se comprometer “com a visão oposta”; ou seja, com a perspectiva segundo a qual “os fenómenos mentais são fundamentalmente inconscientes”. O autor defende, portanto, o mental “como algo fundamentalmente inconsciente”, especialmente em face dos indícios que permitem aduzir que os processos de pensamento inconsciente são claramente mais poderosos do que qualquer processo mental a ocorrer na consciência.

Encerrada a secção de *Artigos*, abre-se o apartado que denominamos por *Documentos*. Aqui encontrarão os nossos leitores dois textos que merecem atenção. O primeiro, da autoria de Irandina Afonso, é dedicado à obra de Judith Butler e trata da “não-violência como força política e ética na luta pela igualdade”. De modo sustentado, a autora defende que a “não-violência não se reduz a uma posição moral individualista”, mas é desiderato coletivo que deve enfrentar a “violência sistémica ou instituída” e configurar uma forma de ação política e de compromisso ético global pela igualdade.

O segundo texto intitula-se “*Hors phénomène* ou o Trauma do Acontecimento” e é da autoria de João Paulo Costa. Trata-se de um trabalho de muito interesse que nos propõe uma introdução – clara e informada – ao pensamento do filósofo francês Emmanuel Falque, tomando como orientação a última obra deste destacado pensador francês contemporâneo: *Hors phénomène: Essai aux confins de la phénoménalité*. Sugere o autor do texto que a obra referida representa, no contexto da produção filosófica recente de Falque, “um momento charneira ou de inflexão fundamental” que se orienta no sentido de uma “ontologia da relação”; esta seria forjada a partir “da *experiência vivida* da radical finitude humana”, ou melhor, fundar-se-ia nos limites mais longínquos e, simultaneamente, mais próximos, de toda a fenomenalidade.

Não encerramos o presente número da **Revista Filosófica de Coimbra** sem a costumeira secção de “Recensões”. Seja-nos permitido o regozijo pela publicação de sete documentos neste apartado. Tal circunstância confirma o dinamismo e a constante atenção à atualidade editorial por parte da comunidade intelectual que se reúne em redor da nossa Revista. Tal circunstância merece ser notada e constitui o melhor modo de encerrarmos este número que mantém *presente, e no presente*, o mês de março de 1992.

Luís António Umbelino

Diretor

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_61_0

